

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , de 2009 (Do Sr. Júlio Delgado)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a discutir denúncias de abusos cometidos pela FEDERAL DE SEGUROS S.A. contra os consumidores brasileiros.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de reunião de Audiência Pública destinada a discutir as sucessivas denúncias de abusos cometidos pela seguradora Federal de Seguros S.A. e as medidas que estão sendo tomadas para coibir esta prática, com a presença dos seguintes convidados:

- Gustavo Capanema - Presidente da Companhia Federal de Seguros;
- Armando Vergílio dos Santos Júnior - Superintendente de Seguros Privados – SUSEP;
- um representante da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG

JUSTIFICAÇÃO

É crescente o número de reclamações contra a Federal de Seguros S/A por práticas abusivas contra os consumidores que passam por cobrança de seguros não contratados, recusa sistemática no pagamento de sinistros, bem como descumprimento de decisões judiciais.

São diversos os depoimentos de pessoas que pagam pontualmente seus seguros, mas não obtêm êxito quando da ocorrência de sinistro. O mais grave é que trata-se de uma seguradora especializada em seguro de vida e previdência, gerando grande prejuízo ao segurado.

A Companhia ainda efetua descontos em folha de pagamento de servidores públicos sem que tenha havido a devida contratação. Foi o que ocorreu com o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita em diversos estados. No Caso do Paraná, tamanha foi a indignação, que o sindicato publicou nota comunicando “que o SINDAFEP não mantém convênio com qualquer companhia de seguro e mais especificamente com a **FEDERAL SEGUROS**”.

O mesmo ocorreu com a Unafisco Sindical. Nesse caso, foram descontados R\$ 60,00 dos auditores fiscais da Receita Federal sem que tenha sido formalizado qualquer seguro.

No site Reclameaqui.com.br se avolumam os depoimentos de pessoas que perderam seus entes, mas que jamais receberam o seguro de vida. Vários deles, servidores públicos, pagaram seus seguros por quase toda a vida.

Há indícios de que a empresa também “zera” suas contas em bancos para driblar o bloqueio judicial de valores em ações transitadas em julgado e movimenta ativos com CNPJ diferente. Os beneficiários dos seguros, muitos deles idosos, não podem aguardar anos a fio. Nem mesmo os casos em que a Justiça já determinou o pagamento são honrados pela Companhia.

As denúncias de práticas delituosas também giram em torno do aumento do valor do seguro, sem a autorização do segurado.

Sabe-se que a Companhia Federal de Seguros é administrada pela FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., cujos dirigentes são os mesmos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares no sentido de realizar a citada reunião de audiência pública para averiguar tais denúncias e o posicionamento da seguradora e dos órgãos de fiscalização e auto-regulação sobre as providências que têm tomado contra a companhia.

Sala da Comissão, de julho de 2.009.

Júlio Delgado
Deputado Federal – PTB/MG